

## **O INTERPRETE DE LIBRAS NA ÁREA SAÚDE: um relato de experiência**

### **INTRODUÇÃO**

A escolha pelo tema deste estudo deu-se por diversas situações vividas. Tenho um filho com surdez profunda bilateral, o qual foi o meu principal incentivador deste trabalho. Muitas vezes, quando descobri a surdez do meu filho, chorei olhando-o enquanto ele dormia, me perguntando se seria capaz de atender as necessidades dele e criá-lo para se adaptar á uma sociedade onde a intolerância é o principal motivador e de como eu poderia melhorar meu aprendizado para ajudar os surdos.

Para um norteamento mais claro e objetivo para direcionar este estudo, levantei a seguinte questão: Será que os profissionais de saúde, em sua maioria, estão preparados para lidar com paciente com necessidades especiais, destacando entre eles o surdo?

Este estudo se desenvolveu para incentivar a população ouvinte a ser interprete para os surdos, principalmente na busca pelo atendimento a saúde, onde não são compreendidos e/ou mal interpretados muitas vezes saindo com diagnósticos equivocados ou tratamentos que não condiziam com a queixa referida pelo surdo. Por trabalhar na área da saúde, na rede hospitalar e acompanhar a vivência e as dificuldades do surdo na comunicação com a equipe de saúde, como não indagar de como se dá o reconhecimento do direito a pessoa surda na área da saúde.

O nosso lugar é de humanizar o atendimento, é de torná-lo um espaço de direito legítimo, socialmente justo. Temos de viabilizar, para as pessoas, uma esfera individual, particular, privada, especial para que elas possam sentir que podem conversar e que ao falarem sejam acolhidos com respeito, e que terão possibilidade de falar o que quiserem.

A compreensão entre a relação médico / enfermeiro e o surdo muitas vezes não é bem sucedida, criando ao paciente insegurança e medo na procura por atendimento nas instituições de saúde.

A dificuldade de comunicação vem da estrutura da instituição até o atendimento, médicos e enfermagem, ou seja, é muito precário o atendimento destes pacientes na área de saúde. Sem a presença de um interprete de Libras, a humanização do atendimento não é realizada.

Cabe aos profissionais despertarem o interesse em aprender Libras para auxiliar este público diferenciado, carente e receoso que enfrentam para sobreviverem de uma forma harmoniosa para sua realidade.

Devido à importância desse atendimento humanizado para essa classe de surdos, foi implantado curso básico de libras para capacitação de profissionais da área hospitalar assistencial.

## **OBJETIVO**

O objetivo deste trabalho é de demonstrar a dificuldade do surdo na busca pelo atendimento em instituições da saúde e a importância de ter intérpretes capacitados para atender este público, incentivando os profissionais assistenciais a serem capacitados no curso básico de libras.

## **MÉTODO**

Este estudo desenvolveu-se através de uma revisão bibliográfica exploratória, no banco de dados da Scientific Electronic Library Online (SciELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) com os seguintes descritores: Inserção do Surdo na Comunidade; Humanização ao atendimento ao Surdo; Surdo no SUS. Além destas bases foram consultadas leis, manuais e outras publicações disponíveis online. Após leitura e análise crítica das publicações foram descartadas as duplicações e utilizadas apenas as que atendiam ao objetivo proposto por este estudo, um total de 22, com recorte temporal de artigos publicados entre os anos de 2006 a 2018, foram consideradas citações e referências de autores em ano posterior aos citados.

Para a busca destes artigos, foram utilizados os descritivos: Inserção do Surdo na Comunidade, Humanização ao atendimento ao Surdo, Surdos no SUS.

A Lei Federal nº 10.436/02, regulamentada pelo Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, determinou, em seu Capítulo VII, que a partir de 2006, o atendimento ao surdo na rede de serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) bem como nas empresas que detêm concessão de serviços públicos de assistência à saúde, fosse

realizado por profissionais capacitados para o uso de Libras ou para a sua tradução e interpretação.

Os autores principais citados neste estudo como CARDOSO et al (2006), STROBEL et al (2008) e CHAVEIRO (2009), narram a importância de um interprete de Libras em instituições de saúde e demonstram a dificuldade do surdo na sociedade ouvinte. Relatam ainda sobre a estrutura da SUS em atender em perfil de cliente e a aceitação pela sociedade em que convivem.

## **RESULTADOS**

No ano 2017 foi iniciado o primeiro curso de libras para capacitação dos colaboradores assistenciais na área da saúde, promovendo através do conhecimento básico uma melhor comunicação com os surdos. A primeira turma do curso foi composta por 16 alunos com presença 100%, durante as aulas teve a participação especial de um surdo para melhor comunicação e entendimento aos alunos, tornando uma aula dinâmica e bem interativa. A partir desse curso foi obtido através de relatos de enfermeiros no qual tiveram contato em atendimento hospitalar, onde o surdo teve melhor compreensão, teve um atendimento medico eficaz e humanizado conforme suas queixas álgicas, os relatos dos enfermeiros transmitem a gratificação pelo cuidado de uma pessoa com medo do desconhecido, que demonstra a confiança pelo cuidado prestado. O direito a igualdade para as pessoas com deficiência não se limita à igualdade de oportunidades, necessita também da disponibilidade de recursos específicos, adequações, adaptações e apoio. As pessoas com deficiência, assim como as demais, têm direito à inclusão nos diferentes ambientes sociais e a uma vida com qualidade com o acesso à educação inclusiva e acessível, além de atenção e saúde de qualidade. (DECLARAÇÃO DE MONTREAL/CANADÁ, 2004).

## **CONCLUSÃO**

Por trabalhar na área da saúde, na rede hospitalar e acompanhar a vivência e as dificuldades do surdo na comunicação com a equipe de saúde, como não indagar de como se dá o reconhecimento do direito a pessoa surda na área da saúde.

O nosso lugar é de humanizar o atendimento, é de torná-lo um espaço de direito legítimo, socialmente justo. Temos de viabilizar, para as pessoas, uma esfera

individual, particular, privada, especial para que elas possam sentir que podem conversar e que ao falarem sejam acolhidos com respeito, e que terão possibilidade de falar o que quiserem.

A compreensão entre a relação médico / enfermeiro e o surdo muitas vezes não é bem sucedida, criando ao paciente insegurança e medo na procura por atendimento nas instituições de saúde.

A dificuldade de comunicação vem da estrutura da instituição até o atendimento, médicos e enfermagem, ou seja, é muito precário o atendimento destes pacientes na área de saúde. Sem a presença de um interprete de Libras, a humanização do atendimento não é realizada.

Cabe aos profissionais despertarem o interesse em aprender Libras para auxiliar este publico diferenciado, carente e receoso que enfrentam para sobreviverem de uma forma harmoniosa para sua realidade.

## **REFERÊNCIAS**

BARBOSA, M. A.; GALVÃO, V. R.; MAGALHÃES, M. C.; PIRES, H. B.; FONSECA, A. P. M.; TELES, A. S.; et al. Ensino e saúde: o que pensam e o que sabem os deficientes auditivos. Rev Eletrônica Enfermagem 1999.

BARBOSA, M. A.; OLIVEIRA, M. A.; SIQUEIRA, K. M.; DAMAS, K. C. A.; PRADO, M. A. A Linguagem Brasileira de Sinais – Um desafio para a assistência de enfermagem. Revista de Enfermagem da UERJ, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 247-251, 2003.

BEHN, R. (1998) O novo paradigma da gestão pública e a busca da accountability democrática. Revista do Serviço Público. 49(4), 5-45. IN: POLIETO, L.; RIGO V.P.; HEIN, N. Eficiência da Aplicação de Recursos no Atendimento do Sistema Único De Saúde (SUS) NAS CIDADES DE SANTA CATARINA. Revista de Gestão em Sistemas de Saúde - RGSS Vol. 3, N. 2. Julho/Dezembro. 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988. DF:GP, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. Lei orgânica de saúde nº 8.080 de 19 de setembro de 1990. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 1990.

CARDOSO, A. H. A.; RODRIGUES, K.G; BACHION, M. M. Percepção da pessoa com surdez severa e/ou profunda acerca do processo de comunicação durante seu atendimento de saúde. Rev Latino-am Enfermagem 2006 julho-agosto;

CARVALHO FILHA, F. S. S.; SILVA, S. R.; LANDO, G. A. Cuidado ao surdo: conexões com o Direito à Saúde. ReOnFacema. 2015 Ago-Out; 1(1): 31-38.

CHAVEIRO, N.; BARBOSA, M. A.; CELMO, C. P. Revisão de literatura sobre o atendimento ao paciente surdo pelos profissionais da saúde. Revista Escola de Enfermagem da USP, v. 42, n. 3, p. 578-583, 2008.

CHAVEIRO, N.; BARBOSA, M. A. A surdez, o surdo e seu discurso. Revista Eletrônica de Enfermagem, v. 6, n. 2, p. 166-177, 2004.

DECLARAÇÃO DE MONTREAL SOBRE A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL. 06 de outubro de 2004. Montreal – Canadá OPS / OMS.

DIAMANTINO, R. M.; GODIM, S. M. G. Regulação emocional e trabalho emocional no atendimento aos usuários de unidades do SUS na Bahia. Revista de Psicologia, Fortaleza, v.8 n2, p. 72-82, jul./dez. 2017.

FERLA, A. A.; CECCIM, R. B.; PELLEGRINI, M. L. M. Atendimento Integral: a escuta da Gestão Estadual do SUS. In: PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A (Org.). Construção da integralidade: cotidianos, saberes e práticas em saúde. Rio de Janeiro (RJ): UERJ/IMS/ABRASCO; 2003 p. 61-88.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/2000. Percentual de pessoas surdas no Brasil Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/27062003censo.shtm>. Acesso em: 26 jul. 2018.

LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002. Regulamento Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm)

LIBRAS. O que é Libras, Libras é a sigla da Língua Brasileira de Sinais. 2011. Disponível em: <http://www.libras.org.br/libras.php>. Acesso 28 jul 2018. In: SILVA, P. S.; BASSO, N. A. S.; FERNANDES, S. R. C. M. A enfermagem e a utilização da língua brasileira de sinais no atendimento ao deficiente auditivo. Vol.17,n.1,pp.05-12 (Jan-Mar2014)

MANDU, E. N. T.; ALMEIDA, M. C. P. Necessidades em Saúde: Questões Importantes para o Trabalho da Enfermagem. Revista Brasileira de Enfermagem. V. 52 n. 1: p. 54-66, 1999.

MENDES, E. V. Os grandes dilemas do SUS. Tomo I. Salvador (BA): Casa da Qualidade, 2001.

MINISTERIO DA SAÚDE, Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência. 1ª Edição, Brasília – DF: Editora MS, 2008.

MIRANDA, R. S.; SHUBERT, C. O.; ALVES, W. C. M. Communication with people with hearing disabilities: an integrative review. Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online, [S.l.], v. 6, n. 4, p. 1695-1706, oct. 2014. ISSN 2175- 5361.

MUROFUSE, N. T., RIZZOTO, M. L. F., MUZZOLON, A. B. F., & NICOLA, A. L. (2009). Diagnóstico da situação dos trabalhadores em saúde e o processo de formação no polo regional de educação permanente em saúde. Rev. Latino-am. Enfermagem, 17(3). In: DIAMANTINO, R. M.; GODIM, S. M. G. Regulação emocional e trabalho emocional no atendimento aos usuários de unidades do SUS na Bahia. Revista de Psicologia, Fortaleza, v.8 n2, p. 72-82, jul./dez. 2017.

